

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Luan Rafael Pena Souza

**ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE
PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

**Resende
2023**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA
PROFISSIONAL**

TÍTULO DO TRABALHO: ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR: LUAN RAFAEL PENA SOUZA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.

Resende, 16 de Julho de 2023.



Cad Luan Rafael Pena Souza

Dados internacionais de catalogação na fonte

S729a SOUZA, Luan Rafael Pena

Atuação do pelotão de fuzileiros no estabelecimento de pontos fortes nas missões de pacificação do rio de janeiro / Luan Rafael Pena Souza – Resende; 2023. 42 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Matheus Lemos de Abrantes

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Segurança pública. 2. Pontos fortes. 3. Gestão de conflitos. 4. Pacificação. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Luan Rafael Pena Souza

**ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE
PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

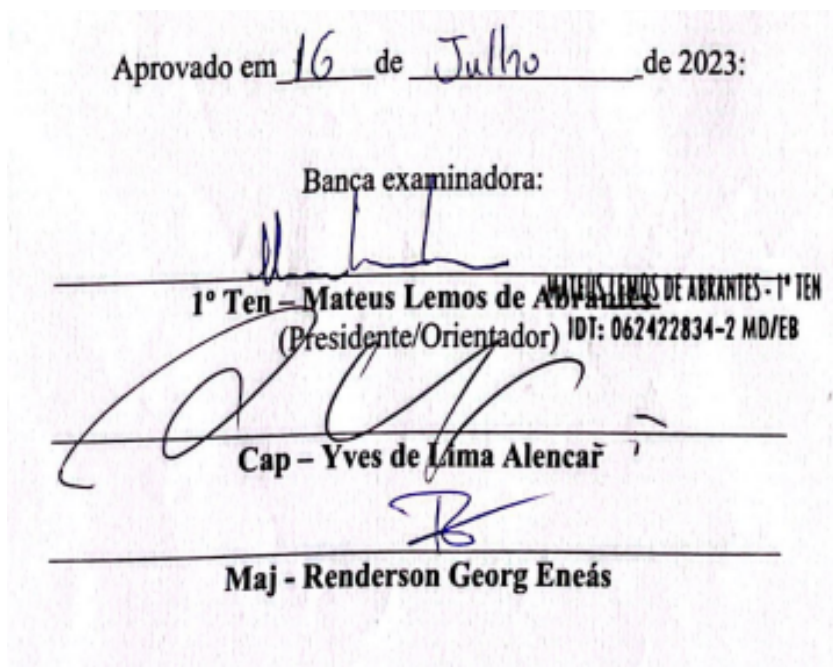
Orientador(a): 1º Ten Mateus Lemos de Abrantes

Resende
2023

Luan Rafael Peña Souza

ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.



Resende
2023

Dedico este trabalho a Deus, o qual independentemente de qualquer crença nos guia pelo caminho correto; aos meus pais, que me transmitiram a importância da educação e à minha avó, cuja trajetória sempre será um exemplo de resiliência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças quando me tornar Oficial do Exército Brasileiro era apenas um sonho, durante as incertas noites de estudo para o concurso, e pelas inúmeras graças e provações pelas quais passei no intercurso da formação.

Agradeço também aos meus pais, cujas lições sobre a primordial busca pelo conhecimento foram muito bem absorvidas. Além disso, por todos os esforços depreendidos para que eu pudesse ter a melhor criação possível e que me possibilitaram ocupar a posição a qual ocupo hoje em dia.

Aos instrutores pelos quais tive o imenso privilégio de ser forjado, meu sincero agradecimento, cada uma das experiências vividas foram importantíssimas para a minha formação, e possam ter certeza, que carregarei o melhor de cada um dos senhores comigo durante toda a carreira.

Ao meu orientador, por todo o esforço e dedicação, dispondo de horas de lazer e trabalho para me auxiliar e sanar minhas dúvidas, possibilitando que esse trabalho fosse realizado.

RESUMO

ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

AUTOR: Luan Rafael Pena Souza

ORIENTADOR(A): 1º Ten Mateus Lemos de Abrantes

A utilização de Pontos Fortes (PF) em Operações de Pacificação é uma realidade para o Exército Brasileiro desde a Pacificação de Bel-Air durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), quando esta doutrina foi posta em prática por tropas do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT). Desde então, tal método arraigou-se ao modus operandi da Força Terrestre e também foi aplicada em outras oportunidades no território nacional, quando o Exército foi empregado em Operações de Pacificação após acionamento do Art. 142 da Constituição Federal (CF/88), por exemplo na Ocupação do Complexo do Alemão, em seguida no Complexo da Maré, e por último na Intervenção na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma: o objetivo deste trabalho foi analisar o emprego dos Pontos Fortes em Operações Urbanas no contexto das Operações de Pacificação do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender as peculiaridades desse instrumento e avaliar o impacto deste para o sucesso das Operações. Para tal, a experiência no Rio de Janeiro foi também comparado com experiências anteriores, como a vivenciada no Haiti. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um levantamento de dados com militares que participaram de Operações de Pacificação, do Haiti à Intervenção Federal, buscando justamente entender como ocorreu a utilização da doutrina de Pontos Fortes pelas tropas que comandaram, e principalmente o impacto da implantação nos aspectos táticos, populacionais e no sucesso da Operação em si. O método utilizado na pesquisa foi o indutivo, e as pesquisas utilizadas foram a qualitativa e a bibliográfica. Os questionários objetivam relacionar o emprego dos Pontos Fortes nas Operações de Pacificação e a influência exercida por esses nas ações táticas, na garantia de apoio da população e em primeiro plano, no sucesso dessas operações. Por fim, a pesquisa proporcionou a compreensão de que o emprego dos Pontos Fortes contribuiu de forma significativa para o sucesso das Operações de Pacificação, garantindo o apoio da população, determinante para quaisquer ações ocorridas no ambiente urbano, e também facilitando ações táticas, através da possibilidade de um local com um nível relativo de segurança para a tropa.

Palavras-chave: Segurança pública. Pontos Fortes. Gestão de conflitos. Pacificação.

ABSTRACT

ROLE OF THE INFANTRYMEN PLATOON IN ESTABLISHING STRONGHOLDS IN PACIFICATION MISSIONS IN RIO DE JANEIRO

AUTHOR: Luan Rafael Pena Souza

ADVISOR: 1° Ten Mateus Lemos de Abrantes

The use of Strongpoints (SPs) in Pacification Operations is a reality for the Brazilian Army since the Pacification of Bel-Air during the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), when this doctrine was put into practice by troops of the Peacekeeping Infantry Battalion (BRABAT). Since then, this doctrine has become ingrained in the modus operandi of the Land Force and has also been applied on other occasions in national territory, when the Army was employed in Pacification Operations after activation of Art. 142 of the Federal Constitution (CF/88), such as in the Occupation of the Alemão Complex, subsequently in the Maré Complex, and finally in the Intervention in Public Security in the State of Rio de Janeiro. Thus, the objective of this work was to analyze the use of Strongpoints in Urban Operations in the context of Rio de Janeiro's Pacification Operations, with the aim of understanding the peculiarities of this subject and evaluating its impact on the success of the Operations. To this end, the experience in Rio de Janeiro was also compared with previous experiences, such as the one in Haiti. A bibliographic research and data collection was carried out with military personnel who participated in Pacification Operations, from Haiti to the Federal Intervention, seeking to understand how the Strongpoint doctrine was used by the troops that commanded them, and mainly the impact of its implementation on tactical aspects, population support, and above all, the success of these operations. The inductive method was used in the research, and the research used was qualitative and bibliographic. The surveys aim to relate the use of Strongpoints in Pacification Operations and the influence exerted by these on tactical actions, in ensuring population support, and above all, on the success of these operations. Finally, the research provided an understanding that the use of Strongpoints contributed significantly to the success of Pacification Operations, ensuring popular support, which is crucial for any actions taking place in the urban environment, and also facilitating tactical actions through the possibility of a location with a relative level of security for the troops.

Keywords: Public security. Strongpoints. Conflict management. Pacification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Casa Azul”, um dos Pontos Fortes ocupados durante a MINUSTAH	14
Figura 2 – Militares do Exército Brasileiro realizando patrulhamento durante Op Pac.....	17
Figura 3 – Militar interage com uma criança durante missão na MINUSTAH	18
Figura 4 – Militares do Exército Americano ocupando um <i>Observation Post</i>	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posto/Graduação que o entrevistado ocupava quando atuou na Op Pacificação...25	25
Gráfico 2 – Operação de Pacificação que o entrevistado atuou... ..26	26
Gráfico 3 – Percentual de militares que tiveram contato com a doutrina pré-Operação... ..27	27
Gráfico 4 – Percentual de militares que aplicaram a doutrina durante as Operações.....27	27
Gráfico 5 – Objetivos primários buscados na implantação dos Pontos Fortes 28	28
Gráfico 6 – Percentual de impacto do emprego de PF nas ações táticas 29	29
Gráfico 7 – Percentual de impacto do emprego de PF no nível de apoio populacional 29	29
Gráfico 8 – Percentual de impacto do emprego de PF para o sucesso das Operações 30	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALSA	Centro de Aplicação Ar, Terra e Mar (sigla em inglês)
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
BRABAT	Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (sigla em inglês)
C ²	Comando e Controle
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CIOPAZ	Centro de Instrução de Operações de Paz
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (sigla em inglês)
<i>OPs</i>	Postos de Observação (sigla em inglês)
PF	Pontos Fortes
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
<i>PO</i>	Operações de Pacificação (sigla em inglês)
<i>UNPOL</i>	Polícia das Nações Unidas (sigla em inglês)
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	PONTO FORTE	13
2.2	OPERAÇÃO DE PACIFICAÇÃO	16
2.3	OBSERVATION POSTS (OPs)	19
2.4	COMPARAÇÃO DO EMPREGO DOS PONTOS FORTES NO HAITI E NO RIO DE JANEIRO	20
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	23
3.1	TIPO DE PESQUISA	23
3.2	MÉTODO	24
3.3	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	24
3.3.1	Questionário	24
3.3.2	Entrevista	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: QUESTIONÁRIO	26
4.2	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: ENTREVISTA	31
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICE	36

1 INTRODUÇÃO

O emprego do Exército Brasileiro em Missões de Pacificação está inserido no contexto de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), uma das missões da Força. Dessa forma, fica instruído, a partir da Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999 que as Forças Armadas serão constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Além disso, a lei impõe que essas instituições devem ser regidas por hierarquia e disciplina, respondendo ao Presidente da República em prol de defender a pátria. De tal maneira, objetiva-se garantir a supremacia dos poderes constitucionais, a lei e a ordem (BRASIL, 1999).

Por outro lado, tendo em vista o sucesso da atuação do Exército na Missão de Pacificação no Haiti (MINUSTAH), a Força Terrestre foi empregada diversas vezes em missões dessa natureza. Portanto, foi dada ênfase para as Operações Arcanjo (2010-2012), nos Complexos do Alemão e da Penha, São Francisco (2014-2015), no Complexo da Maré, e Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 2018.

Nesse contexto, a Doutrina aplicada pelas tropas que atuaram nessas operações advém dos ensinamentos colhidos da experiência realizada no Haiti, principalmente no que tange ao emprego de Pontos Fortes. Assim, surge a problematização da pesquisa: de que forma se deu a atuação dos Pelotões de Infantaria no estabelecimento desses Pontos Fortes nas Operações de Pacificação que ocorreram no Rio de Janeiro?

Além desse questionamento inicial, é possível determinar outras questões que merecem ser apreciadas, como, por exemplo, as peculiaridades do emprego dessa Doutrina de Estabelecimento de Pontos Fortes no ambiente operacional da cidade do Rio de Janeiro em comparação com o ocorrido no Haiti. Ademais inclui-se ressaltar o quão impactante o estabelecimento desses Pontos Fortes foi para o sucesso dessas Operações.

Portanto, a realização dessa pesquisa é justificada pelo crescente emprego do Exército Brasileiro em Operações de GLO, especificamente utilizando os Pontos Fortes. Ademais é imprescindível a análise dos exemplos de sucesso para minimizar os erros em futuras ocasiões similares.

Para tal, esse trabalho se constituirá da seguinte forma: um capítulo sobre o referencial teórico, no qual serão apresentadas as principais abordagens conceituais, um capítulo sobre o referencial metodológico, no qual haverá uma exposição de como se deu a pesquisa e a análise dos dados, após isso dois capítulos que tratam dos instrumentos utilizados para levantamento de dados: uma entrevista e um questionário.

Um capítulo destinado a discutir os resultados dessas pesquisas e por fim um apresentando as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o Emprego de Pontos Fortes em Operações Urbanas no contexto das Missões de Pacificação do Rio de Janeiro.

1.1.2 Objetivos específicos

Compreender as peculiaridades do emprego de Pontos Fortes em Operações Urbanas;

Comparar o emprego de Pontos Fortes nas Missões de Pacificação com experiências anteriores do Exército Brasileiro e com exemplos doutrinários de outros Exércitos;

Avaliar o impacto do emprego de Pontos Fortes para o sucesso das Missões de Pacificação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PONTO FORTE

Com o objetivo de melhor orientar a pesquisa, será realizada uma explanação sobre o que consistem os pontos fortes sob a luz dos manuais da Força que versam sobre esse tema e com o auxílio de literatura confeccionada por autoridades que vivenciaram o seu emprego.

Dessa forma, para a conceituação de Ponto Forte será utilizado o Manual de Campanha Operações de Paz EB70-MC-10.219, no qual o mesmo é entendido como:

Ponto forte é um local de valor tático que a tropa ocupa, servindo de base para as operações. É estabelecida segurança em todas as direções, com condições de defender-se de ações de forças adversas e projetar poder de combate em determinada área (BRASIL, 2017, P. 4-17).

A característica de projeção de combate em determinada área acaba sendo mais evidente nas experiências vividas pelo Exército, principalmente no Haiti. Sobre a experiência do 3º Contingente, houve a ocupação dos Pontos Fortes e, com eles, a possibilidade de controle total do terreno e da população designada para aquela fração, denotando a presença permanente da tropa (NOVAES, 2017).

Com relação ao valor, o mesmo varia em função da influência das Forças Irregulares na área, do apoio populacional e do controle que se deseja obter, podendo ser de um grupo de combate até um pelotão reforçado por um GC mecanizado (BRASIL, 2013). Assim, conforme observado na experiência do Haiti, os Pontos Fortes em Bel Air eram compostos por Pelotões, com áreas de influência delimitadas e um comandante de pelotão possuidor de total liberdade e responsabilidade (NOVAES, 2017).

Na Pacificação de Bel Air, foram selecionados 7 PF a serem ocupados dos quais um estava sempre ocupado com a presença de tropa (o PF localizado na Rua Mariela), e os outros seis eram ocupados em sistema de rodízio em horários e dias determinados, de modo que sempre houvesse 2 ou 3 ocupados simultaneamente (NOVAES, 2017).

Segundo o Caderno de Instrução Técnicas, Táticas e Procedimentos para Operações em Ambientes Urbanos, são os tipos de Ponto Forte:

1. **Fixos:** são ocupados vinte e quatro horas por dia em uma mesma posição; normalmente são instalados na região que possua capital importância dentro da área em que se pretende estabelecer o controle.
2. **Temporários:** são estabelecidos em locais e horários determinados e têm por finalidade ampliar o controle da região, bem como gerar incerteza na F Irregular, na medida em que ela passe a ter menos possibilidade de identificar uma rotina (BRASIL, 2020, p. 3-7).

Já com relação a organização do Pelotão na ocupação dos PF, o mesmo documento define que:

1. **Grupo de Segurança:** encarregado de realizar a segurança aproximada e afastada do perímetro do ponto forte, bem como de suas instalações.
2. **Grupo de Patrulha:** realiza o patrulhamento, a pé ou motorizado, nas áreas de influência e de interesse (SFC), e ainda as ações de controle da população (PBCVU e cadastramento). Pode cumprir outras missões específicas, como OBA, vasculhamentos, ocupação de P Obs e outras.
3. **Grupo de Choque:** é a força de ação rápida do ponto forte; tem a atribuição de reagir, em poucos minutos, a qualquer acontecimento ou fato que ocorra na área de influência do ponto forte. Quando a fração que estiver ocupando o PF encontrar-se reforçada por um grupo de combate mecanizado, é interessante que este constitua seu grupo de choque.
4. **Grupo de Apoio de Fogo:** quando estabelecido, tem a missão de barrar pelo fogo os principais acessos ao ponto forte (BRASIL, 2020, p.3-7).

Figura 1: “Casa Azul”, um dos Pontos Fortes ocupados durante a MINUSTAH.



Fonte: DEFESANET (2018)

No que tange ao armamento e equipamento, deve ser empregada a dotação da fração que ocupa o PF, além de optrônicos e meios de Controle de Distúrbio, de modo a oferecer condições de operação aos grupos que compõem a fração. Uma ênfase é dada aos equipamentos de comunicação, tendo em vista a necessidade de ligação com o escalão superior (BRASIL, 2020).

Quando se trata da experiência no Haiti, as Comunicações eram tratadas como “ponto de destaque” nas Operações do 3º Contingente, tal fato se dava tendo em vista o robusto sistema que foi montado para a realização operacional e que possibilitou a ligação entre os escalões diuturnamente (NOVAES, 2017).

Além disso, essa importância dada às comunicações é ressaltada no principal produto doutrinário que rege essa atividade operativa, como se vê em BRASIL (2017):

Independente de ordem, deverá ser feito o contato com os demais PF, PO, patrulhas e check points existentes na área. Deverá ser estabelecida comunicação rádio entre o ponto forte e essas instalações (BRASIL, 2017, p. 4-19).

Ao comandante da fração que realizará o estabelecimento do Ponto Forte cabe a responsabilidade de tudo que acontece no PF e na sua área de influência, inclusive a decisão do local onde este será estabelecido, BRASIL (2017) destaca algumas das outras atribuições do Comandante do Ponto Forte:

A ocupação do ponto forte deverá ocorrer de forma a obter a surpresa. O Cmt PF deverá planejar o itinerário e os cercos afastados e aproximados para a ocupação. O Cmt PF deverá, entre outras ações, atuar em toda a sua área de influência por meio de:

- a) patrulhas;
- b) estabelecimento de postos de observação (PO);
- c) emprego de caçadores;
- d) checkpoint fixos e temporários;
- e) outros PF temporários valor GC (grupo de combate);
- f) vasculhamentos de áreas (BRASIL, 2017, P. 4-18).

Advindo dessa preocupação em garantir a comunicação entre o PF e os demais componentes da operação, o Coronel Alessandro Visacro no seu artigo “Superando o Caos – A Função de Combate Comando e Controle Além da Tecnologia da Informação” desconstrói o mito da tecnologia como fator determinante para o sucesso da função C², trazendo a capacitação do militar que irá operar para a discussão acerca do que possibilitou o destaque às comunicações na experiência (NOVAES, 2017). Desse modo, Visacro (2015) chega à seguinte conclusão:

Ao realizar uma análise crítica do exercício do comando em combate e do controle das operações militares no nível tático, há que se desconstruir o mito da tecnologia como panaceia da função C². Contudo, devemos admitir que o cerne do problema não se encontra no célere, irreversível e imprescindível processo de incorporação de novas tecnologias advindas da ciência da informação. Está no uso que se pretende dar a essa tecnologia e, sobretudo, no tipo de homem que irá empregá-la (VISACRO, 2015, p. 86-87).

Dessa forma, alinhado com as diversas atribuições e responsabilidades do comandante do PF e a importância supracitada por Visacro (2015), é imprescindível a seleção criteriosa dos militares que irão compor as frações, e, principalmente, daquele que irá comandar essa atividade operativa. Além disso, é trazido pelo autor a necessidade dos escalões superiores não cessarem a iniciativa e a capacidade de decisão desses indivíduos que atuarão destacados, apesar das

facilidades decorrentes do aumento de capacidade de gerenciamento proporcionados pela tecnologia, como podemos ver nos resultados obtidos na pesquisa de Visacro (2015):

- 3) No curso das operações militares
 - Não cerceie a liberdade de ação dos escalões subordinados; e
 - Evite a ocorrência do paradoxo de tendência centralizadora, observado quando um determinado comandante reivindica do escalão superior maior autonomia e liberdade de ação, ao mesmo tempo em que tende a exercer um controle mais rígido e restritivo sobre os seus subordinados (VISACRO, 2015, p. 87).

Portanto, ressalta-se que a boa comunicação, a rotatividade e a correta seleção dos componentes servem de base primordial para o bom funcionamento dos Pontos Fortes e a efetividade das Operações fundamentadas nestes.

2.2 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

De acordo com a situação calamitosa do Haiti na primeira década do século XX, houve a necessidade de emprego da Força Terrestre sob a égide da Organização das Nações Unidas para a Consolidação da Paz. De forma congruente, ocorreu, no Rio de Janeiro, situações similares nas quais o Exército foi convocado em um contexto onde notou-se a incapacidade das forças de Segurança Pública para assegurar e manter a presença do Estado em territórios dominados pelo narcotráfico. Dessa forma, tal situação se enquadra no conceito de Operações de Pacificação, conforme é prevista a sua definição no manual EB20-MC-10.217, Manual de Campanha – Operações de Pacificação:

Operações de Pacificação – compreendem o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não; e de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz (BRASIL, 2015, p.1-3).

O primeiro exemplo dessa atuação foi dado na convocação do Exército junto às forças policiais do estado do Rio de Janeiro em 2008, na ocupação e pacificação do Complexo do Alemão. À época, o mesmo era considerado como o epicentro do narcotráfico da capital carioca e, posteriormente, o Exército seria empregado novamente visando a Pacificação do Complexo Maré, Operação que ficou denominada como São Francisco. Tal formato de *modus operandi* da segunda Operação, encontrou-se muito similar ao da Operação Arcanjo, como ficou

conhecida a pacificação do Complexo do Alemão. Portanto, mais uma vez, a Força Terrestre se viu cumprindo uma missão de Garantia da Lei e da Ordem.

Figura 2: Militares do Exército Brasileiro realizando patrulhamento durante o Op Pac.



Fonte: Observatório das Metrôpoles (2008)

Essas operações são divididas em fases, muito bem observadas tanto nos casos do Haiti quanto nas duas Operações realizadas aqui no Brasil. Basicamente, as fases serão divididas em 3 momentos: Intervenção, Estabilização e Normalização.

A fase de Intervenção, conforme especulado no Manual de Campanha, é interpretada como:

Caracteriza-se pela realização de ações militares, por meio de manobra de armas combinadas contra as forças oponentes e a execução de atividades e tarefas de segurança de área, para criar as condições mínimas de segurança à atuação de forças militares e de diversos vetores civis na fase subsequente a estabilização. A ajuda humanitária e o atendimento às necessidades básicas imediatas da população, devido às condições de insegurança, serão fornecidas, a priori, pelo componente militar em presença (BRASIL, 2015, p.2-10).

Durante a fase de Intervenção é primordial o estabelecimento da ligação com as forças policiais, sejam da *UNPOL* (Polícia das Nações Unidas) no caso de missões da ONU, ou a polícia da área onde se opera, como por exemplo a PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), como está previsto no Manual de Campanha Operações de Paz:

4.6.11.9.9 O Cmt PF deve manter estreita ligação com as autoridades constituídas locais, principalmente com a UNPOL (United Nations Police) e forças policiais locais.

4.6.11.9.10 Quando existirem outras forças policiais (UNPOL e forças policiais locais) em reforço ao PF, seu Cmt (comandante) deverá prever patrulhas conjuntas com essas forças (BRASIL, 2015, p.4-19).

Após a Intervenção, inicia-se a fase de Estabilização, a qual acaba por ser a fase mais duradoura. Além disso, a mesma é baseada nas ações de segurança e no apoio ao esforço coordenado de pacificação, já que o ambiente acaba por ser mais seguro do que era na fase de intervenção. Outro aspecto é que a ajuda humanitária anteriormente realizada pelas forças militares agora é, prioritariamente, feita por agências civis. Na sequência, temos a fase de Normalização, cujo emprego da tropa é voltado para missões que contribuam para a sustentabilidade da região e é fruto da integração de quatro ações: segurança, restabelecimento da lei, bem estar social e econômico, e governança e participação (BRASIL, 2015).

Figura 3: Militar interage com uma criança durante missão na MINUSTAH



Fonte: Tereza Sobreira/Fotos Públicas (2004)

Em um ponto importante ressalta-se que a finalidade primordial dessas Operações é a proteção da população envolvida e das estruturas componentes daquela área. Tal fato pode ser comprovado visto a Nota de Estabelecimento da Força de Pacificação da Operação São Francisco, emitida pelo Comando do Exército: “A Operação tem por finalidade a preservação

da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio nas comunidades do Complexo da Maré, contribuindo para o restabelecimento da paz social nessa região.” (BRASIL, 2015).

Alinhado com isso, está expresso no Manual de Operações de Pacificação o objetivo das ações que condiz com a retomada do controle estatal na área de pacificação. Para tal, devem ser realizadas ações para permitir as condições necessárias favoráveis a tal controle (BRASIL, 2015).

2.3 OBSERVATION POSTS (OPS)

Ao ser analisada a doutrina utilizada pelo Exército dos Estados Unidos, observa-se que não existe uma atividade operativa que se compare exatamente com a definida no Manual de Campanha Operações de Paz brasileiro como Ponto Forte, justamente por se tratar de uma inovação doutrinária implementada pelo Exército Brasileiro por ocasião da MINUSTAH. No entanto, na bibliografia do Exército Americano é possível encontrar uma definição que muito se aproxima do conceito brasileiro, como consta na definição de *OPs* (Postos de Observação) no Manual de Táticas, Técnicas e Procedimentos para Operações de Paz do Centro de Aplicação Ar, Terra e Mar (ALSA) dos Estados Unidos:

Os *OPs* são um meio principal de cumprir as missões de observação e relatório. Um *OP* é a plataforma básica de trabalho para observação militar. Um *OP* em *PO* (Operações de Pacificação) pode ser permanente ou temporário, estático ou móvel (ALSA, 2019, p.48, tradução nossa).

As semelhanças nas definições se estendem no desenvolvimento do produto doutrinário, principalmente no que tange ao processo decisório delegado ao Comandante no estabelecimento desses *OPs*, conforme trazido pelo ALSA (2019) em:

g. O tipo e a quantidade de equipamentos e suporte dependem da missão e das seguintes orientações.

- (1) Manter equipamento de observação suficiente para suportar uma missão de 24 horas.
- (2) Manter suprimentos suficientes à mão para sustentar o *OP* caso ele fique cortado do suporte. Isso inclui Classe I (alimentos), Classe III (combustíveis, petróleo, óleos e lubrificantes), Classe IV (materiais de construção) e Classe V (munição). O comandante da unidade determina a quantidade de cada classe.
- (3) Localizar material de combate a incêndios e primeiros socorros no local.
- (4) Fornecer suporte de energia e iluminação, se necessário.
- (5) Fornecer sinais e marcas de identificação. (ALSA, 2019, p.48)

Além disso, como citado anteriormente, vale retomar à importância do estabelecimento das comunicações com os escalões enquadrantes e a tropa que está atuando naquela Área de Operações. Dessa forma o ALSA (2019), assim como o contido pelo Manual de Campanha brasileira, também trata do C² nas Operações de Pacificação, particularmente na implementação desses *POs*:

C2 dos OPs.

(1) Estabelecer linhas claras de C², especialmente com uma Operação de Pacificação multinacional.

(2) Realizar exercícios de reação garantindo que todos compreendam as autoridades e responsabilidades do Operação de Pacificação. Isso inclui um plano de mídia abordando conteúdo informativo para qualquer tipo de crise.

(3) Entender as Regras de Engajamento e ensaiar ações que cumpram as normas (ALSA, 2019, p.49).

Figura 4: Militares do Exército Americano ocupando um *Observation Post*



Fonte: The Epoch Times (2016)

2.4 COMPARAÇÃO DO EMPREGO DOS PONTOS FORTES NO HAITI E NO RIO DE JANEIRO

A experiência vivida no Haiti durante a Pacificação de Bel Air é vista como a pioneira na aplicação da doutrina de Pontos Fortes pelos militares que compunham as frações do BRABAT, e foi determinante para o sucesso da operação, como podemos inferir a partir da seguinte afirmação:

A ocupação de pontos fortes pelos pelotões de fuzileiros, em áreas críticas, dos quais as patrulhas eram lançadas, caracterizou a presença permanente na zona de ação e permitiu o total controle do terreno e da população, criando vínculos permanentes entre o cidadão haitiano e o soldado brasileiro (NOVAES, 2017, p. 57).

Corroborando com os princípios que regiam àquela missão e buscando atingir um dos objetivos da MINUSTAH, que consistia na estabilização do Haiti e após a Pacificação, foi realizada a passagem gradual da responsabilidade da lei para os órgãos de segurança locais. Nesse aspecto, os Pontos Fortes serviram como uma primeira experiência dessa relação do Exército com a UNPOL e a Polícia Haitiana, visto que as estruturas que outrora eram utilizados para intervir em locais de acesso negado às forças de segurança posteriormente vieram a se tornar postos policiais, como relata a Dra Renata Avelar Giannini junto com Ivana Mara Ferreira da Costa no seu artigo para a revista do CCOPAB (Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil):

Os Pontos Fortes foram utilizados com o objetivo de estabelecer a segurança a partir da presença das tropas em locais específicos, alguns por período determinado e outros de forma mais permanente.¹³ Ainda que, no início, esses pontos se ocupassem principalmente da segurança, passaram a servir também como base de operações inclusive para a UNPOL e para a Polícia Nacional Haitiana (PNH). Essa interação se mostrou essencial para, à luz do mandato, compartilhar a responsabilidade da lei e da ordem com a autoridade local. Além disso, alguns desses centros evoluíram para centros integrados com a presença de agências e programas da ONU e unidades da própria missão. (GIANNINI; COSTA, 2017, p.77-78)

Assim, inspirado no que foi implantado pelo Exército no Haiti, em 2008 a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro traz o projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). As mesmas, surgem com o intuito de sanar os problemas decorrentes da inépcia do Estado nas favelas cariocas, havendo, inclusive, uma espécie de intercâmbio entre a PMERJ e a tropa brasileira da MINUSTAH:

De acordo com os primeiros estágios da Minustah, as tropas de paz procuraram agir através da ocupação progressiva de favela em favela, todas dominadas por gangues de Porto Príncipe. Um ponto central desse tipo de ocupação é o que denominaram de “pontos fortes”, ou seja, as tropas tentam conquistar locais estratégicos e simbólicos controlados por gangues. Esses locais servirão, posteriormente, como base das patrulhas. Tentando entender

essa estratégia, a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) enviou uma delegação para o Haiti para ter acesso a esses “pontos fortes”. Isso produziu um forte efeito que foi o uso desse chamado “ponto forte” no Santa Marta em 2008, a primeira favela com uma UPP instalada. (SALGADO, 2016. p. 80)

Dessa forma, a doutrina produzida pelo EB não só foi aprendida pela PMERJ no programa de ocupação de favelas mais expressivo da Segurança Pública do Rio de Janeiro nos últimos anos, as UPPs, como também foi aplicada pela Força Terrestre nas oportunidades em que o Exército foi empregado nas Operações de Pacificação, especificamente as do Rio de Janeiro.

A intenção do Comandante da Brigada era explorar ao máximo a inteligência, as operações especiais, as operações de informação; a ofensiva, a surpresa e a massa; estabelecer pontos fortes; realizar operações de saturação de patrulhamento a pé, motorizado e mecanizado; vasculhamento; busca e apreensão; e conquistar o apoio da população da área – centro de gravidade da operação – num esforço integrado, coordenado e sincronizado de operações interagências. Tudo com a finalidade de suprimir ou reduzir a liberdade de ação das facções criminosas e estabelecer e manter um ambiente seguro e estável para a população da área (ESCOTO, 2015).

Portanto, os esforços que se iniciaram com o pioneiro estabelecimento de Pontos Fortes no Haiti, evoluiu para uma inserção na doutrina de Operações de Pacificação no Exército Brasileiro. Com isso, observou-se que tal método tornou-se uma atividade operativa observada também em outras Operações no Rio de Janeiro, a exemplo da análise supracitada que fora realizada pelo Comandante do primeiro Contingente da Força de Pacificação, Gen Bda Roberto Escoto que atuou na Operação São Francisco em 2014.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para a confecção deste trabalho optou-se por uma pesquisa exploratória, por causa da necessidade de realizar entrevistas para complementar as informações já publicadas, tanto em material doutrinário quanto nas publicações científicas, visto que muitas das experiências vividas pelos participantes dessas operações ainda não foram documentadas. Sendo, portanto, realizado um levantamento bibliográfico seguido de uma pesquisa de campo, objetivando compreender como ocorreu o estabelecimento dos pontos fortes nas operações de pacificação. Esse conceito pode ser entendido pela definição de Prodanov e Freitas (2013):

Tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

Tendo em vista a impossibilidade de traduzir o produto da pesquisa em números e a inegável indissociabilidade entre o ambiente e a subjetividade do sujeito, culminando num produto conceitual, a abordagem adotada para a produção dessa pesquisa pode ser classificada como qualitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70)

Com relação ao procedimento, a pesquisa é resultado de um levantamento bibliográfico em manuais dos Exército Brasileiro e Exército dos Estados Unidos da América, revistas, publicações e entrevistas. Com isso, o objetivo dela é de adquirir o conteúdo já existente que retratasse o objeto da pesquisa. Além disso, também foi realizado um questionário, com o intuito de coletar conhecimento acerca do objeto estudado. Dessa forma, tem-se como base a entrevista com militares que tiveram experiências em Missões de Pacificação e contato com o objeto de estudo. Sobre o questionário, Chizzotti afirma:

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito [...] sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. (CHIZZOTTI, 2000, p.35)

3.2 MÉTODO

O método selecionado foi o indutivo, o qual segundo Prodanov e Freitas (2013), deve partir da observação de fatos ou fenômenos cuja causa desejamos conhecer, após isso, compará-los com a finalidade de descobrir a relação existente entre eles. E por fim, proceder à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos. Dessa forma, ela foi dividida em três fases principais. A primeira fase consistiu no levantamento bibliográfico nos bancos de dados acadêmicos que tratam do objeto de estudo, para que assim fosse construído o referencial teórico necessário para o desenvolvimento da segunda fase da pesquisa.

Nessa fase, a qual se desenvolveu no mês de Dezembro de 2022, foi realizado um questionário on-line utilizando a plataforma “*Google Forms*” objetivando coletar os dados do maior número possível de militares que se enquadram na situação de comandantes de fração em uma das Operações de Pacificação com a participação do Exército Brasileiro.

Por fim, na terceira fase, ocorreu a análise dos dados obtidos através do questionário e um posterior confronto com o referencial teórico obtido anteriormente

3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

3.3.1 Questionário

Buscando atingir o objetivo que trata sobre a avaliação do impacto do emprego dos Pontos Fortes para o sucesso das Missões de Pacificação foi aplicado um questionário destinado aos militares que participaram dessas operações.

Esse instrumento de pesquisa foi o escolhido, devido à carência de dados bibliográficos em fontes documentais que corroboram para o prosseguimento da pesquisa. Portanto, a experiência pessoal dos indivíduos foi o necessário para construir a fonte do conhecimento necessária para a complementação do trabalho.

A partir das respostas, os resultados foram imediatamente catalogados e tratados metodologicamente. Após isso, foram confeccionados gráficos objetivando expressar de

maneira mais concisa os resultados e possibilitar a obtenção de conclusões. Os gráficos apresentados tratavam sobre o preparo das frações, emprego da doutrina, objetivos do emprego, impactos nas ações táticas, no nível de apoio populacional e no sucesso da operação com um todo.

O questionário foi respondido por dezesseis militares, dentre praças, oficiais e comandantes de fração que estiveram presentes em uma das últimas Operações de Pacificação que contaram com a participação do Exército Brasileiro nas duas últimas décadas. Além disso, foi composto por oito questões objetivas para obter os dados a partir dos quais a pesquisa prosseguiu.

3.3.2 Entrevista

Corroborando com o objetivo de avaliar o impacto dos pontos fortes, foi realizada uma entrevista para complementar o entendimento sobre essa questão. O tipo de entrevista escolhido foi a entrevista estruturada, visto que houve a confecção de um roteiro prévio, o qual se encontra no Apêndice A.

Esse instrumento foi escolhido de modo a adquirir dados que não são possíveis de encontrar nas fontes documentais, tendo em vista o relato das experiências vividas e os quais não foram possíveis obter no questionário, visto que esse era composto de perguntas objetivas, as quais limitam as possibilidades de resposta.

A população é composta por Oficiais de carreira que tiveram experiências como Comandantes de Fração nas Operações de Pacificação do Rio de Janeiro na última década e na MINUSTAH, no Haiti.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

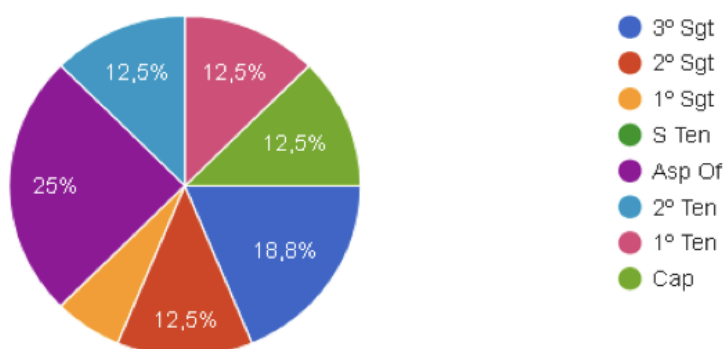
4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: QUESTIONÁRIO

As questões inseridas nesse questionário buscaram proporcionar um melhor entendimento dos óbices levantados após uma análise de um dos objetivos da pesquisa. Nesse escopo, os resultados mais relevantes foram:

Gráfico 1 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

Qual posto/graduação o Senhor ocupava quando participou de uma das Operações de Pacificação?

16 respostas



Fonte: AUTOR (2022)

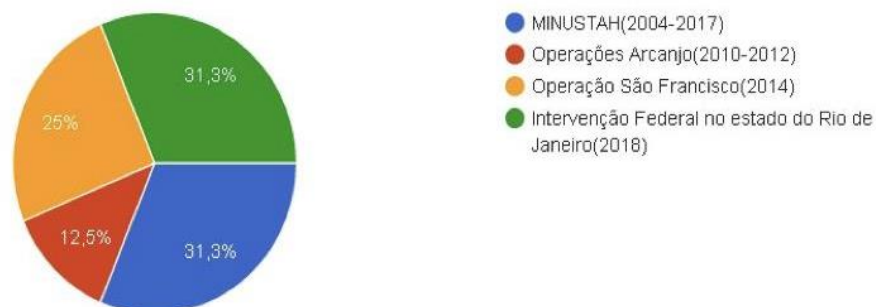
De acordo com as respostas adquiridas, 10 militares (62,5%) ocupavam posto de Oficial, divididos entre Aspirantes a Oficial, Segundo e Primeiro-tenentes, e Capitães na época em que participaram das Operações. Além disso, outros 6 militares (37,5%) eram praças, divididos entre Primeiro, Segundo e Terceiro Sargentos.

Nenhum militar que participou de uma Operação de Pacificação como Subtenente respondeu a pesquisa e, observa-se um predomínio de atuação dos militares no início da carreira nessas operações, uma vez que, dos 16 militares pesquisados, 7 eram Aspirantes ou Terceiros Sargentos.

Gráfico 2 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

Em qual Operação de Pacificação o Senhor atuou?

16 respostas



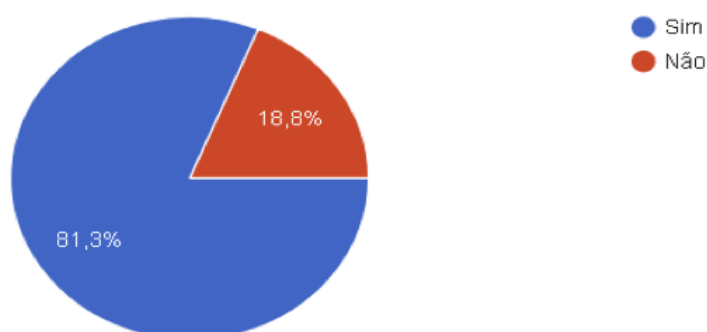
Fonte: AUTOR (2022)

Nessa pergunta, foi respondido que 4 militares (25%) participaram da Operação São Francisco (2014), acontecido no Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro; 2 militares (12,5%) atuaram nas Operações Arcanjo (2010-2012) que aconteceram nos Complexos do Alemão e Penha, também localizados na cidade do Rio de Janeiro. Os outros militares (62,6%) se dividiram entre 5 militares (31,3%) atuando na MINUSTAH, no Haiti, e 5 militares na Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 3 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

Durante a preparação para a Operação, o Senhor teve contato com a doutrina de Pontos Fortes(PF)?

16 respostas



Fonte: AUTOR (2022)

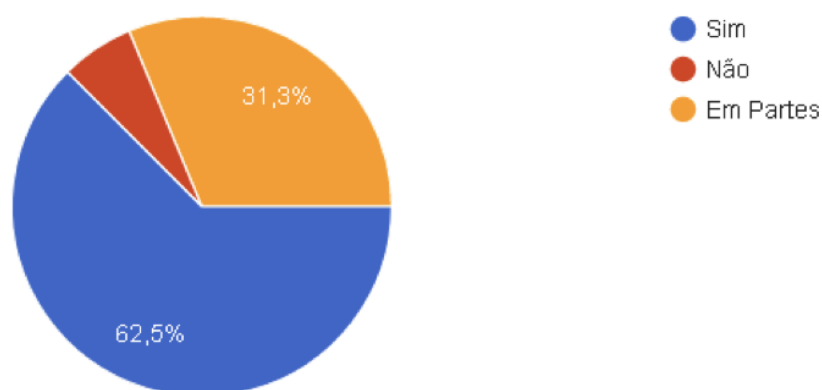
Para este questionamento, 13 militares (81,3%) afirmaram terem tido contato com a doutrina de Pontos Fortes durante o fase de adestramento para a Missão de Pacificação a qual

participou, enquanto que apenas 3 militares (18,8%) afirmaram não terem tido contato com essa doutrina durante a sua preparação.

Gráfico 4 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

Durante as Operações, o senhor aplicou a doutrina de PF?

16 respostas



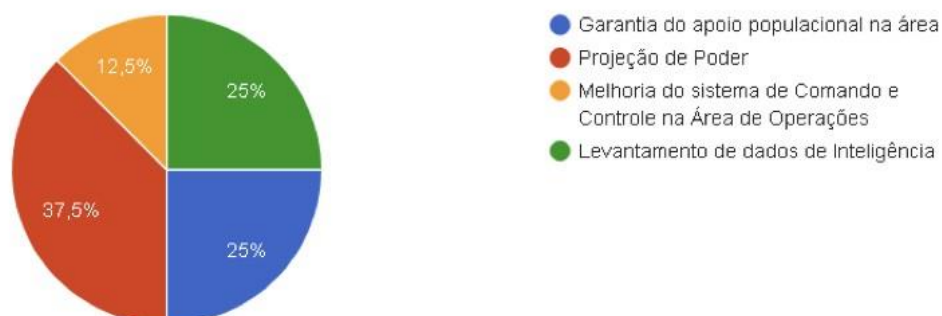
Fonte: AUTOR (2022)

À essa resposta, 10 militares (62,5%) afirmaram ter aplicado a doutrina de Pontos Fortes nas Operações de Pacificação das quais fizeram parte, enquanto que 5 militares (31,3%) aplicaram parcialmente essa doutrina no transcurso das Operações. Não obstante, apenas 1 militar (6,25%) afirmou não ter aplicado a doutrina de PF.

Gráfico 5 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

O estabelecimento desses PF tinha quais objetivos em primeiro plano?

16 respostas



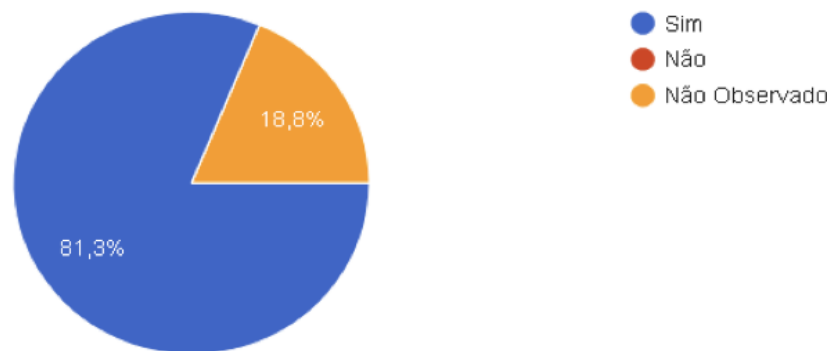
Fonte: AUTOR (2022)

No que tange aos objetivos primários de implantação dos Pontos Fortes observados nas Operações de Pacificação supracitadas, 6 militares (37,5%) afirmaram que a Projeção de Poder era o primeiro objetivo a ser buscado na situação em que se encontraram, 4 militares (25%) responderam que a Garantia do Apoio Populacional na área era o objetivo primário, e outros 4 militares afirmaram ter o Levantamento de dados de Inteligência como prioridade na implementação dos Pontos Fortes. Além disso, 2 militares (12,5%) responderam que o objetivo primário era a Melhoria do sistema de Comando e Controle na Área de Operações.

Gráfico 6 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

O estabelecimento dos PF impactou positivamente nas ações táticas (PBCE, Patrulhas, dentre outros) realizadas pela tropa na Área de Operações?

16 respostas



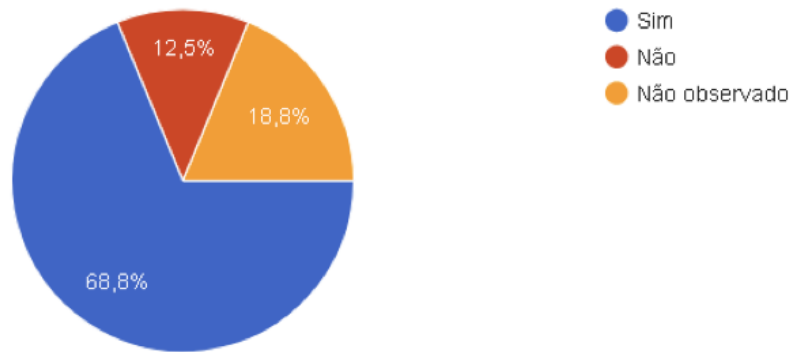
Fonte: AUTOR (2022)

De acordo com 13 militares (81,3%), houve um impacto positivo na realização de ações táticas na Área de Operações a partir do estabelecimento dos Pontos Fortes, enquanto que os outros 3 militares (18,8%) não observaram esse impacto nas mesmas ações.

Gráfico 7 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

A utilização dessa doutrina exerceu algum impacto no nível de apoio populacional na Área de Operações?

16 respostas



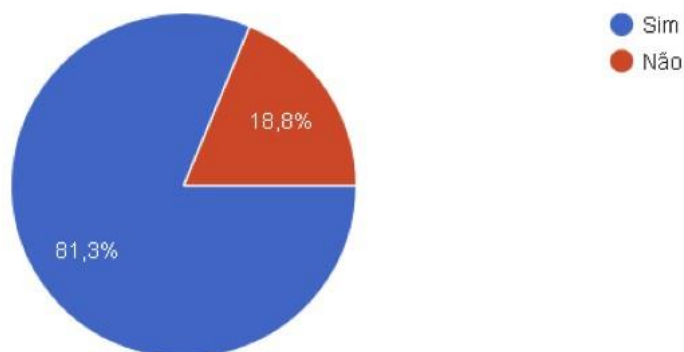
Fonte: AUTOR (2022)

Quanto ao apoio da população, 11 militares (68,8%) afirmaram que a utilização da doutrina de Pontos Fortes exerceu algum impacto no nível de apoio populacional, enquanto que 3 militares (18,8%) não observaram esse impacto, e outros 2 militares (12,5%) responderam que não houve impacto no nível de apoio populacional.

Gráfico 8 - Resultados mais relevantes do questionário aplicado

O Senhor considera que o estabelecimento de Pontos Fortes foi determinante para o sucesso dessas Operações?

16 respostas



Fonte: AUTOR (2022)

A esta pergunta, 13 militares (81,3%) responderam que o estabelecimento dos Pontos Fortes foi determinante para o sucesso das Operações das quais participou, enquanto que

apenas 3 militares (18,8%) não consideraram o emprego dessa doutrina como determinante para o sucesso delas.

4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: ENTREVISTA

No contexto das Operações de Pacificação realizadas tanto no Brasil, quanto nas realizadas sob a égide da ONU, verifica-se a importância do emprego dos Pontos Fortes para a consecução das ações táticas e conseqüentemente atingir os objetivos dessas Missões.

A partir das respostas aos formulários, foi observado que dois dos militares que responderam a entrevista passaram por experiências distintas, porém realizadas no mesmo espaço temporal. Como o adestramento da tropa para missões desse tipo são realizadas pelo atual CCOPAB, muito provavelmente os mesmos obtiveram contato com o mesmo material doutrinário para o adestramento.

Além disso, de acordo com os dados adquiridos na entrevista com o Major Jordão (Apêndice C), houve instruções de nivelamento no CCOPAB nas duas oportunidades que teve no Haiti, e “em ambas as ocasiões foram ensinados aspectos teóricos e práticos sobre Ponto Forte para os oficiais e sargentos e, no treinamento com a tropa, foram realizados ensaios de ocupação de pontos fortes com a ocorrência de incidentes simulados”.

Tal relato assemelha-se com o descrito na entrevista realizada com o Capitão Pimentel (Apêndice B), onde o mesmo declara que na preparação para a Operação Arcanjo, ocorrida em 2012, “houve uma instrução teórica e uma instrução prática, a qual ocorreu numa instalação na Pista de Combate à Localidade no Campo de Instrução de Gericinó, e se deu com a ocupação e a defesa de uma casa”.

Ademais, com relação a produção doutrinária, observa-se que à época ainda não existia um Manual ou Caderno de Instrução que tratasse do conteúdo, portanto, o conhecimento era passado através de experiências obtidas por outros militares, como disse o Major Jordão em “Não me recordo de ter tido contato com manuais aprovados sobre o tema, com uma doutrina consolidada, apenas com apostilas e transmissão de conhecimentos de quem já havia estado na missão.”

Com relação ao emprego, ambos acabaram por empregar os Pontos Fortes durante as missões, a experiência do Maj Jordão foi "no contingente 2/16 tive a oportunidade de ocupar o Forte Nacional, ponto forte na região de Bel Air, de onde irradiavam as patrulhas para a região.

Por estar no centro da região problema, ocorriam muitos problemas com os grupos de combate durante o patrulhamento, como apreensão de drogas, armas e conflitos entre a população”.

Por sua vez, o Cap Pimentel, no Rio de Janeiro, realizou a ocupação de dois pontos fortes, ambos com características similares e já apresentadas na pesquisa realizada anteriormente, com base no descrito:

Durante a Op Arcanjo, meu pelotão ocupou dois Pontos Fortes. Um deles era a Casa Verde, que ficava na comunidade da Chatuba e foi ocupada durante um mês, no qual havia inclusive um Posto Avançado do CDCiber, no qual tratava da parte de Guerra Eletrônica e Cibernética, captação de ondas de rádio inimiga, dentre outros. E o outro Ponto Forte era a Casa Amarela, a qual foi ocupada durante dois meses. Essas duas instalações eram residências dos chefes do crime organizado até a invasão do Complexo do Alemão em 2010, quando foram tomadas e se tornaram ponto de apoio para às operações (Capitão Pimentel; Apêndice B).

A partir disso, vemos uma proximidade entre o modus operandi das duas experiências. No entanto, quando perguntado sobre os pontos positivos e negativos desse emprego, foram obtidas respostas diferentes, muito provavelmente por causa das peculiaridades de cada uma das Operações. O Maj Jordão, que empregou os pontos fortes sob a égide da ONU num país estrangeiro, elencou como pontos positivos: “as Patrulhas estão dentro da área problema, contato mais aproximado com a população permitindo denúncias e atividades para conquistar a população local em favor da tropa”. Já o Cap Pimentel, levantou como aspecto positivo "o relativo descanso para a tropa que ocuparia esses Pontos Fortes nessas 6 horas, tendo em vista a diminuição da tensão se comparado às patrulhas realizadas nas ruas, já que dentro dos Pontos Fortes havia uma relativa sensação de segurança propiciada pelo conhecimento dos limites do imóvel, e a noção de cobertas e abrigos, além da presença de infraestrutura, como por exemplo, o acesso à banheiro”.

É interessante notar que o descanso propiciado pela infraestrutura dos Pontos Fortes e a sensação relativa de segurança, que é levantado pelo Capitão Pimentel, acaba por ser citado pelo Major Jordão, quando perguntado quais foram os aspectos negativos do emprego dos Pontos Fortes: “Os pontos negativos eram que esse contato frequente com a população pode levar a corrupção ou desvios de conduta, além do estado de permanente prontidão da tropa, o que dificultava o descanso mental daqueles em função de chefia”.

Portanto, entendemos finalmente que a diferença existente nas duas respostas denota uma clara discrepância no nível de segurança em que a tropa se encontrava nessas operações, ocasionando percepções díspares da realidade vivida por esses comandantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o Emprego de Pontos Fortes no contexto das Operações de Pacificação do Rio de Janeiro. Nesse escopo, verificou-se a importância da contribuição do emprego dessa doutrina nessas operações, tendo em vista o aumento do nível de apoio da população a partir de ações ocorridas nos Pontos Fortes. Como o apoio populacional é considerado primordial para o sucesso desse tipo de operação, a pesquisa acabou por confirmar a necessidade desse emprego objetivando atingir os resultados desejados nessas missões.

Buscando atingir os objetivos intermediários, foi realizada uma comparação entre a doutrina do Exército Brasileiro, no tocante ao emprego dos Pontos Fortes, e a do Exército Americano, especificamente o dos Estados Unidos, uma das potências bélicas da atualidade.

Dessa forma, foi observado a inexistência de uma doutrina própria de Pontos Fortes em outros Exércitos. Acredita-se que tal fato se dê uma vez que o desenvolvimento dessa doutrina ocorreu a partir das experiências vividas pelo Exército Brasileiro, pois foi constatada a primeira aplicação na MINUSTAH, e seu aperfeiçoamento ocorreu com os demais contingentes e também nas Operações de Pacificação no Rio de Janeiro. Esse fato demonstra a capacidade da Força Terrestre de produzir doutrina. No entanto, para obter a certeza do motivo da inexistência desse conceito nos outros Exércitos se faz necessário o desenvolvimento de uma pesquisa que se debruce de forma ampla sobre esse tema.

Além disso, buscou-se avaliar o impacto do emprego dos Pontos Fortes para o sucesso das operações, e diante dos dados obtidos nas entrevistas foi possível levantar aspectos positivos e negativos no emprego nas mais diversas situações. Segundo a visão do comandante da fração, muitas das vezes o Ponto Forte era utilizado como uma espécie de arejamento no rodízio das frações que realizavam o Patrulhamento Ostensivo naquela Área de Operações, agregando positivamente naquela missão. Em contrapartida, o emprego dos Pontos Fortes gerava também uma vantagem para os APOP daquela área, visto que o comandamento que exerce na região, gera uma exposição demasiada, por vezes facilitando a vigilância inimiga. Porém, uma parcela considerável dos militares entrevistados considerou o impacto desse emprego como positivo. Por não se tratar do objetivo desse trabalho analisar o modo como esse impacto se deu, sugere-se a realização de uma outra pesquisa que se debruce sobre esse aspecto.

Por fim, para que se possa ter uma melhor compreensão acerca do tema tratado, sugere-se a execução de outros estudos que versem sobre este produto doutrinário brasileiro, de modo a possibilitar um melhor emprego em Operações futuras. Nesse escopo, é sugerido a confecção

de um Caderno de Instrução constando as Táticas, Técnicas e Procedimentos nas Operações de Pacificação, de modo a complementar o já existente CI 11.434 – Caderno de Instrução de Táticas, Técnicas e Procedimentos nas Operações Urbanas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2016.
- CHIZZOTTI, A **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000
- ESCOTO, Roberto. Guerra irregular. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 3, n. 7, p. 6-25, 2015.
- Exército. **EB70-CI-11.434: Caderno de Instrução Técnicas, Táticas e Procedimentos para Operações em Ambientes Urbanos**. Edição Experimental. Brasília, DF, 2020
- _____. Estado Maior do Exército. **EB20- MC-10.219: Manual de Campanha Operações de Paz**. 3ed. Brasília, DF, 2017.
- _____. Exército. **EB20-10.217: Operações de Pacificação**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.
- GIANNINI, Renata Avelar; COSTA, IMF. A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: CCOPAB/Instituto Igarapé, p. 75-83, 2017.
- GUERRA IRREGULAR: **A Brigada de Infantaria Paraquedista na Pacificação do Complexo da Maré**. [S.l.], 2 set. 2015. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/mout/noticia/20218/GUERRA-IRREGULAR--A-Brigada-de-Infantaria-Paraquedista-na-Pacificacao-do-Complexo-da-Mare/>. Acesso em: 30 dez. 2022
- MIRANDA, Gen Div André Luis NOVAES. 6. **A pacificação de Bel Air**. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017), p. 51, 2017.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** 2ª ed. Editora Feevale, 2013.
- SALGADO, T. J. (2016). **Existe um diálogo entre a MINUSTAH e as UPPS?**. Plurimus Cultura e Desenvolvimento em Revista.
- TEIXEIRA Carlos Augusto Ramires. (Org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017. p.51-57 e p.77-78.
- UNITED STATES OF AMERICA. **Multi-service Tactics, Techniques, and Procedures for Peace Operations ATP 3-07.31** , US Army, 2019.
- VISACRO, Alessandro . **Superando o Caos: a função de combate comando e controle além da tecnologia da informação**. Military Review, Edição Brasileira, Fort Leavenworth, Kansas - EUA, p. 72 - 90, 01 jul. 2015.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

Bom dia, Sr. (oficial). Sou o **Cad Inf Luan Rafael Pena Souza**, da Academia Militar das Agulhas Negras, e gostaria de agradecer a oportunidade de entrevistá-lo, como complemento da realização do Trabalho de Conclusão de Curso da AMAN.

Esta entrevista visa coletar dados para o presente trabalho, cujo objetivo é **analisar o Emprego de Pontos Fortes em Operações Urbanas no contexto das Missões de Pacificação do Rio de Janeiro, especificamente analisando o impacto desses Pontos Fortes para o sucesso das missões, utilizando também de uma comparação do Emprego destes nas Operações ocorridas no Rio de Janeiro, e no Haiti**. Este trabalho parte do princípio de que os oficiais entrevistados participaram dessas Operações como Comandantes de Fração.

1. O senhor poderia fazer um breve resumo sobre sua experiência na Operação de Pacificação da qual o Senhor fez parte (Duração, Contingente, Principais Missões, Experiências obtidas)?

2. Durante a preparação so senhor aqui no Brasil, como funcionou o adestramento? Nesse adestramento houve algum contato (teórico ou prático) com a Doutrina de Pontos Fortes?

3. O senhor fez parte de um dos contingentes que compôs alguma das Operações de Pacificação de que fez parte o Exército Brasileiro. Durante essa experiência, como foi o contato com a doutrina de Pontos Fortes?

4. O senhor poderia elencar pontos positivos e negativos do emprego desses Pontos Fortes?

**APÊNDICE B – RESPOSTAS DA ENTREVISTA (APÊNDICE A) COM O CAPITÃO
FREDERICO PIMENTEL SOARES DE ALMEIDA**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ENTREVISTA ESTRUTURADA

**TEMA: ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE
PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Questão 1. Resposta: Particpei do último contingente da Operação Arcanjo, em 2012, por um período de 3 meses. Fui integrando a FT Sampaio, oriunda da 9ª Bda Inf Mtz(GUEs). As principais missões eram o patrulhamento das áreas e a segurança da comunidade. A Operação Arcanjo era dividida em duas áreas, cujo limite era a Serra da Misericórdia: o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha. Meu pelotão teve duas áreas de responsabilidade no decorrer da missão, inicialmente eram as comunidades da Chatuba-Fé-Paz-Sereno, e um mês depois foi transferida para Vacaria-Campo do Ordem-Vila Cruzeiro. E a principal experiência obtida é a de comandar um Pelotão de Fuzileiros em missão real.

Questão 2. Resposta: O adestramento ocorreu no âmbito da Subunidade, através de instruções de Tiro, Patrulhamento em área de alto risco, Patrulhamento Ostensivo a Pé e Motorizado, Noções de Direito aplicado às Operações Militares principalmente no que tange a conduta com civil e com menores, além das Operações Tipo Polícia, como PBCE, OCD e OBA. No que tange à instruções de Ponto Forte, houve uma instrução teórica e uma instrução prática, a qual ocorreu numa instalação na Pista de Combate à Localidade no Campo de Instrução de Gericinó, e se deu com a ocupação e a defesa de uma casa.

Questão 3. Resposta: Durante a Op Arcanjo, meu pelotão ocupou dois Pontos Fortes. Um deles era a Casa Verde, que ficava na comunidade da Chatuba e foi ocupada durante um mês, no qual havia inclusive um Posto Avançado do CDCiber, no qual tratava da parte de Guerra Eletrônica e Cibernética, captação de ondas de rádio inimiga, dentre outros. E o outro Ponto Forte era a Casa Amarela, a qual foi ocupada durante dois meses. Essas duas instalações eram residências dos chefes do crime organizado até a invasão do Complexo do Alemão em 2010, quando foram tomadas e se tornaram ponto de apoio para às operações. A ocupação se dava a partir do revezamento dos Grupos de Combate do Pelotão, 4 no total, de 6 em 6 horas nessa instalação, e a missão da fração que estivesse ocupando era realizar o contato com a Base de Operações e realizar o monitoramento da área, tendo em vista o comandamento que essas instalações possuíam na área de Operações.

Questão 4. Resposta: O aspecto positivo era o relativo descanso para a tropa que ocuparia esses Pontos Fortes nessas 6 horas, tendo em vista a diminuição da tensão se comparado às patrulhas realizadas nas ruas, já que dentro dos Pontos Fortes havia uma relativa sensação de segurança propiciada pelo conhecimento dos limites do imóvel, e a noção de cobertas e abrigos, além da presença de infraestrutura, como por exemplo, o acesso à banheiro. E um ponto negativo é a exposição da rotina da tropa aos APOPs, visto que a periodização dos rodízios e o fato da instalação ser de conhecimento de todos da comunidade proporcionaram um monitoramento da tropa por parte deles.

**APÊNDICE C – RESPOSTAS DA ENTREVISTA (APÊNDICE A) COM O MAJOR
FERNANDO HENRIQUE NALESSO JORDÃO**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ENTREVISTA ESTRUTURADA

**TEMA: ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE
PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**

Questão 1. Resposta: Estive no Haiti por cerca de um ano e um mês, nos contingentes 1/13 e no contingente 2/16. No contingente 1/13, além das missões de rotina, como serviço e patrulhas, tive a oportunidade de realizar escoltas de armamentos e autoridades, e muitas atividades de apoio à população afligida pelo terremoto, como escolta de material para distribuição e a distribuição propriamente dita, apoio à ONGs, cadastramento de campos de desabrigados, dentre outras atividades. Por um período, durante as eleições, fomos deslocados como SU para a cidade de Cap Haitien para garantir o processo eleitoral, realizando reconhecimentos, escolta de votos e segurança de pontos sensíveis. Ainda no contingente 1/13, fui designado para a cidade de Mirabalais para garantir a segurança da cidade, a qual foi afetada por uma crise de cólera. Nessa ocasião, perdi um grupo de combate, e recebi um grupo de cavalaria com uma Vtr URUTU. No contingente 2/16 tive a oportunidade de ocupar o Forte Nacional, ponto forte na região de Bel Air, de onde irradiavam as patrulhas para a região. Por estar no centro da região problema, ocorriam muitos problemas com os grupos de combate durante o patrulhamento, como apreensão de drogas, armas e conflitos entre a população.

Questão 2. Resposta: Nas duas ocasiões ocorreram instruções de nivelamento no CIOPaz na primeira ocasião e, na segunda, no hoje consolidado CCOPAB. Em ambas as ocasiões foram ensinados aspectos teóricos e práticos sobre ponto forte para os oficiais e sargentos e, no treinamento com a tropa, foram realizados ensaios de ocupação de pontos fortes com a ocorrência de incidentes simulados. Não me recordo de ter tido contato com manuais aprovados sobre o tema, com uma doutrina consolidada, apenas com apostilas e transmissão de conhecimentos de quem já havia estado na missão.

Questão 3. Resposta: Como dito anteriormente, não havia uma doutrina consolidada, com manuais aprovados. Lembro do contato com apostilas do CIOPaz e do CCOPAB e a transmissão de experiências por parte dos militares que já tinham ocupado posições no Haiti.

Questão 4. Resposta: Os pontos positivos eram as patrulhas estarem dentro da área problema, o contato mais aproximado com a população permitindo denúncias e a realização de

atividades para conquistar a população local em favor da tropa. Já os pontos negativos eram que esse contato frequente com a população pode levar a corrupção ou desvios de conduta, além do estado de permanente prontidão da tropa, o que dificultava o descanso mental daqueles em função de chefia.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **“ATUAÇÃO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NO ESTABELECIMENTO DE PONTOS FORTES NAS MISSÕES DE PACIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO”** sob a responsabilidade do pesquisador LUAN RAFAEL PENA SOUZA, e orientação do Ten Mateus Lemos de Abrantes.

A presente pesquisa pretende levantar dados a respeito do emprego da doutrina de pontos fortes nas Missões de Pacificação.

Sua participação é de caráter voluntário e se dará como descrito:

Coleta de dados: a pesquisa terá como instrumento utilizado a coleta de dados através da aplicação de questionário por meio da plataforma virtual Google Forms para oficiais e sargentos que participaram das Operações de Pacificação no Haiti e no Rio de Janeiro.

Destino dos dados coletados: o pesquisador será responsável pelos dados originais coletados da pesquisa por meio do questionário. Os conhecimentos gerados através da pesquisa não serão utilizados de forma a prejudicar os militares participantes ou instituição na qual realizou-se a pesquisa. Os dados obtidos por meio do questionário serão utilizados para monografia a ser apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Riscos e prevenção para o participante da pesquisa: A fim de precaver-se dos riscos que possam advir deste estudo, é garantido ao participante o direito ao anonimato; a renunciar ao estudo a qualquer momento; a não responder a quaisquer questões que considere oportunas; e a solicitar que os dados que forneça durante a recolha processo não seja usado

Garantias e indenizações: o direito à indenização nos termos da lei é garantido às pessoas que sofram qualquer tipo de dano pessoal ou material em resultado de ferramentas ou técnicas de recolha de dados. Os participantes têm o direito de ser informados sobre os resultados parciais e finais do estudo, podendo, a qualquer momento do estudo, entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecer suas dúvidas; sem nenhum custo para o participante e sem participação em o estudo qualquer benefício financeiro durante o desenvolvimento do estudo ou após a conclusão do estudo.

Para qualquer outra informação o senhor(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (24) 98179-0870 ou e-mail: luanpena13@gmail.com